

EDUCAÇÃO INFANTIL E A EDUCAÇÃO FÍSICA: AS INTERFACES EM PROL DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Marinete Lourenço Mota ¹
Neidemara Araújo Souza ²
Alliny Barbosa do Nascimento³
Alice Rodrigues Nunes ⁴

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o estudo realizado acerca das temáticas da Educação Infantil e Educação Física na perspectiva das interfaces que contribuem com o desenvolvimento integral da criança. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Como contribuição teórica na área da Educação Infantil ressaltamos os autores como Kramer (2006); Kuhlmmam Jr. (1998); Craidy; Kaercher (2008); Zabalza (1998) e quanto à Educação Física Darido e Rangel (2005). Os resultados sinalizam para a importância dessa articulação entre os aspectos de desenvolvimento humano como o cognitivo, afetivo emocional, social e físico para a compreensão da criança como um sujeito pleno, contribuindo com reflexões que poderão subsidiar as práticas pedagógicas docentes para atuação na etapa pré-escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil, Educação Física, Criança, Desenvolvimento integral, Pré-escolar.

INTRODUÇÃO

Historicamente a Educação Infantil no Brasil tem sido tratada com certa insignificância. Essa constatação surge a partir de quando fazemos uma análise sobre a oferta, infraestrutura escolar e investimento na educação infantil, este último sempre com os menores

¹ Professora Dra. Vinculada ao curso de Pedagogia do INC/UFAM, netemota @ufam.edu.br;

² Acadêmica do curso de Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM, souzaneidemara@gmail.com;

³ Acadêmica do curso de Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM, allinysn@gmail.com;

⁴ Acadêmica do curso de Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM, alicemackson17@gmail.com;

recursos, ilustrado pelo Relatório da Diretoria de Estudos Educacionais (Deed-Inep) de 2015 em que o investimento público para esta etapa foi de 0,6%, não saindo da casa do zero.

Olhando um pouco mais para o passado, até meados do século XIX, o atendimento das crianças em mais tenra idade longe do seio familiar em instituições, como por exemplo, creches, pré-escolas ou parques infantis praticamente não existiam. Hoje ainda é insuficiente as instituições educativas para o atendimento às crianças, prova disso, são as metas definidas pelo Plano Nacional de Educação de 2014 – 2024, neste sentido, a Meta 1, visando a universalização da pré-escola e o atendimento em creche de pelo menos 50%.

O reconhecimento da Educação Infantil no Brasil teve seu advento por iniciativas internacionais, principalmente no pós-guerra para tratar sobre a situação da infância, como a mortalidade e o abandono. Eventos como a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989 e os movimentos sociais no Brasil também foram decisivos para esse reconhecimento, no qual encerrou no processo da Estatuinte de 1988, reconhecendo a Constituição o direito da educação da criança e concebendo-a como sujeito de direitos, e, mais tarde reiterado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir disso, a Educação infantil foi dividida por faixa etária: de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos, sendo respectivamente os locais de atendimentos a creche e a pré-escola, atualmente a partir da Emenda Constitucional Nº 59/2009 a oferta da Educação Infantil é obrigatória para as crianças de 4 a 5 anos.

No entanto, a educação infantil sofreu um longo processo de integração ao sistema educacional, pelo motivo de anteriormente essas instituições estarem ligadas aos órgãos de assistência social, interferindo dessa forma no atendimento compensatório e assistencialista sem qualidade. Essa herança histórica tem se refletido até hoje numa visão da pré-escola como depósito: o local que não há necessidade de ensinar e aprender. De acordo com autores Kramer (2006); Kuhlmann Jr. (1998); Craidy; Kaercher (2008); Zabalza (1998) o número excessivo de alunos por classe, a falta de vagas e o atendimento de baixa qualidade são questões que mais têm sido negligenciadas e omitidas no contexto nacional da educação infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDBEN) definiu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, isto quer dizer que a escola deve proporcionar ações que possibilitem à criança o contato com a cultura, a brincadeira, a interação em grupo, o respeito ao outro, a cidadania, a arte e o conhecimento de si e do mundo, envolvendo diferentes áreas

do conhecimento, dentre elas, enfatizamos a da Educação Física como primordial nesse processo.

As duas áreas, Educação Infantil e Educação Física, têm elementos em comum que merecem estudo na perspectiva de um desenvolvimento e crescimento do ser humano como sujeito social.

METODOLOGIA

A opção metodológica pela pesquisa qualitativa se justificou pela necessidade de buscar compreender as interfaces entre as áreas educativas importantes no processo de formação da criança, assim, esta pesquisa qualitativa procurou responder questões peculiares, pois de acordo com Minayo (1994, p. 21 – 22),

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantitativo. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa bibliográfica oportunizou a construção de uma fundamentação teórica a partir de livros, artigos de revistas, entre outros na perspectiva de compreensão das categorias analíticas do referido estudo. Os estudos bibliográficos contribuíram com a construção das problemáticas numa perspectiva interdisciplinar pelas contribuições das diferentes áreas de estudos indispensáveis à pesquisa, pois, “[...] a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre um determinado assunto [...] (GIL, 1994, p. 73).

Como procedimentos metodológicos ressaltam-se o levantamento bibliográfico, leitura, fichamentos e por último sistematização e organização dos dados, pelas possibilidades das reflexões teóricas e práticas das disciplinas obrigatórios de princípios e Métodos da Educação Infantil pertencentes à matriz curricular do curso de Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura (INC), Polo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com sede em Benjamin Constant – AM na Mesorregião do Alto Solimões, resultando na escrita deste artigo.

CONCEPÇÕES SOBRE AS EDUCAÇÃO INFANTIL E A EDUCAÇÃO FÍSICA: BREVE HISTÓRICO

A criança nos tempos contemporâneos não pode mais ser esquecida, negligenciada, ou mesmo compreendida como mero objeto para satisfação e prazer dos adultos. É preciso que seja reconhecida como sujeito de direito que tem uma peculiaridade quanto a percepção e forma de inserção na sociedade.

Este ensaio teórico vem tecer a figura conceitual de duas áreas importantes, educação infantil e educação física, para a compreensão da criança como um sujeito de direitos enquanto ser humano e parte significativa da composição da sociedade, merecendo, portanto, políticas públicas educacionais bem definidas que possam contribuir com o seu desenvolvimento cognitivo, físico e social.

Neste espectro tecer conceitos sobre a educação infantil se faz necessário tendo em vista uma área de conhecimento importante e imprescindível como afirma Antunes (2006) no contexto do processo educativo de crianças e perspectivas de sociedade que se deseja construir.

A Educação Infantil surge no Brasil a partir de parâmetros conceituais europeus. Ao longo da história tem desenvolvido diferentes funções, a saber: assistencialista, compensatória, com objetivos e fim em si mesma e por última o caráter pedagógico (KRAMER, 2006).

A função assistencialista da educação infantil tem prevalecido principalmente no tocante a idéia de diminuição das desigualdades sociais e oferecer as crianças pobres um espaço de acolhimento fora das ruas (KULMAN JR., 2000). Nesse sentido as creches e pré-escolas aparecem como reflexos das grandes transformações sociais, econômicas e políticas tanto na Europa (França e Inglaterra) quanto Brasil, neste último, mais tardiamente, por volta do século XIX a XX.

As instituições infantis tinham a função de guardar as crianças órfãos e filhos de mães operárias recém inseridas no mercado de trabalho em detrimento das novas exigências da revolução industrial no Brasil. Neste contexto a educação infantil desenvolvia um papel social sem preocupação com o desenvolvimento integral das crianças, muitas críticas foram tecidas a respeito da função assistencialista da educação infantil, a qual não se preocupava com uma prática pedagógica voltada ao processo formativo e de cidadania das mesmas.

Neste mesmo contexto a função da educação infantil compensatória ganha espaço e, de certa forma, a exemplo da Europa, surge com a ideia de educação no lugar da assistência à criança. A função da educação infantil compensatória ganhou estratégias e contornos mais delineados, após a II Guerra Mundial – EUA e na Europa. É influenciada pelas teorias do desenvolvimento infantil e da psicanálise, estudos linguísticos e antropológicos imbricados as pesquisas que procuravam correlacionar linguagem e pensamento com rendimento escolar.

Segundo Kramer (2006) a análise da história da educação pré-escolar e das diretrizes no contexto internacional revela sua tendência de educação compensatória. No ano de 1960 foram desenvolvidos diversos programas compensatórios fundamentados na abordagem da privação cultural, sendo que esses programas vêm sendo criticado tanto pelo enfoque teórico que adotam quanto pelos seus resultados insatisfatórios.

No Brasil, o atendimento ao pré-escolar passou a contar com a participação direta do setor público a partir de 1930, apesar de existir no Brasil cerca de 21 milhões de crianças em idade pré-escolar, apenas 4% recebem algum tipo de atendimento incluindo-se o oferecido pelo setor privado. A expansão dos programas de atendimento ao pré-escolar no Brasil está longe de corresponder ao reconhecimento que é dado teoricamente à sua importância.

Nos tempos contemporâneos a inserção social da criança se amplia pelas oportunidades de participação em diferentes ambientes de socialização. As creches, pré-escolas e/ou instituições equivalentes, por meio da Educação Infantil legalmente constituída como um direito social têm a função de promover o desenvolvimento integral das crianças em seus contextos sociais e culturais, sendo entendido, como um grande benefício ao público infantil, o qual não tem sido visibilizado por se considerar a infância apenas como uma etapa da vida, deixando de compreendê-la para além de conceitos biológicos de desenvolvimento, mas de entender que a criança é um sujeito pleno de direito sociais (VASCONCELLOS; SARMENTO, 2007).

Dar importância à Educação Infantil é respeitar a criança e sua forma de ser sujeito no mundo. A educação escolar é um dos meios em que as crianças têm a oportunidade de desenvolver suas cidadanias, construir princípios pautados em valores éticos, sociais e morais críticos em complementação à ação da família como promulga a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96.

Na conjuntura política de compreensão de organização das sociedades se faz necessário entender a Educação Infantil como uma das bases de estrutura social e como tal merece ser reconhecida historicamente no tocante a sua peculiaridade de Educação e ainda

considerar as diferenças de sua implantação nos diferentes contextos políticos, econômicos e sociais que envolvem o mundo, a nação, região e o lugar.

A prática regular de atividade física é fundamental em qualquer idade e tem sido considerada um meio de preservar e melhorar a saúde e a qualidade de vida do ser humano. A inatividade física é um importante fator de risco de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão arterial dentre outras (CASPERSEN, 1985).

A origem da Educação Física se apresenta datada desde a história antiga (antes de cristo) junto aos povos chineses, Indus, egípcios, persas, mesopotâmicos, Gregos, Romano. É entre esses povos que se registram as primeiras atividades esportivas mesmo revestida de objetivos que não fossem diretamente ligadas a ideia de desenvolvimento físico do ser humano.

A Grécia foi o berço da Educação Física, influenciada pelas reflexões teóricas de pensadores como Sócrates, Platão, Aristóteles e Hipócrates, aonde vai se estabelecendo os primeiros vínculos com o campo da Pedagogia, refletindo-se sobre noções conceituais que até na atualidade ainda são praticados.

No Brasil, a Educação Física passa a fazer parte da escola com a Reforma Couto Ferraz em 1851, que tornou obrigatória a Educação Física nas escolas pertencentes a Corte. Com o passar dos anos, a área foi assumindo características e objetivos de acordo com as necessidades sociais que surgiam (eugenia – higienista – esportivista – psicomotora – construtivista – desenvolvimentista e crítica) (DARIDO; RANGEL, 2005).

Ressalta-se que a história da educação física no Brasil encontra-se vinculada à influência do movimento social da Escola Nova no País, com ênfase no desenvolvimento do sujeito de forma mais completa, ou seja, integral.

PAPÉIS SOCIAIS DA PRÉ-ESCOLA: FORMAÇÃO BÁSICA E INTEGRAL

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica. Podemos interpretá-la como a única etapa que está vinculada a uma ideia própria que atende crianças de zero aos cinco anos de idade, ou seja, respectivamente atendimentos em creches e pré-escolas.

Essa fase escolar da criança é um momento que consideramos imprescindível para o desenvolvimento e aprendizado. É o alicerce a base que deve ser construída de forma sólida na perspectiva do crescimento do ser humano em sua plenitude.

Tanto a educação infantil quanto a educação física têm em comum o princípio social de formação do cidadão em sua plenitude, possuem um papel social, que leva o conhecimento trabalhado e veiculado na escola. A função social de ambas as áreas vem atender as crianças e auxiliá-las a ampliar seus instrumentos de compreensão e transformação do mundo e de seu contexto social.

Ambos os saberes propiciam às crianças construir suas identidades e subjetividades, as quais precisam ser apoiadas, trabalhadas numa perspectiva crítica imbuída de um espírito social para vida em sociedade. Nesse espectro ressaltamos a importância da figura do professor da Educação Infantil que acaba sendo o professor que propicia atividades de educação física com as crianças.

A legislação educacional brasileira por meio da Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9393/1996, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – RCNEI de 1998 e mais atualmente a Base Nacional Comum Curricular – BNCC de 2017 enfatizam conceitos essenciais conforme detalha o quadro a seguir:

Quadro 1 – Principais dimensões básicas de ambas áreas na formação da criança

CONCEITOS	SÍNTESE
Cuidar e Educar	Duas faces de uma experiência única. Ações de cuidado que estão plenamente integradas com as ações de conhecer e explorar o mundo, criando campo propício para a sistematização dos conhecimentos da criança. No tempo em que se cuida se educa e vice e versa.
Formação de Vínculos	Proporciona segurança afetiva para a criança e possibilita construir conhecimentos por meio de suas relações sociais em seu mundo.
Autonomia	Possibilita a formação em saber fazer escolhas, a superar desafios, a se cuidar, a se proteger.

Fonte: Pesquisa bibliográfica, janeiro (2019).

As referidas dimensões em destaque, dentre as demais compreendem várias dimensões de desenvolvimento infantil de uma forma integral, que envolvem diferentes aspectos do desenvolvimento humano, dentre eles o cognitivo, afetivo emocional, físico e social.

A Educação Física na Educação Infantil tem o papel de ajudar as crianças a vir a ser adultos fisicamente ativos e desportivamente cultos. Vem permitir o desenvolvimento de bons hábitos na criança que podem influenciar positivamente até mesmo na vida adulta

É sabido que a pré-escola e a Educação Física curricular compreendem atividades mais complexas a serem realizadas pela criança e não mais só para competições, preparo físico, pois,

A princípio, a Educação Física, quando inserida no currículo escolar, era tida como um momento para a prática da ginástica, com a finalidade de deixar o corpo saudável. Após muitas reformas na própria ideia de Educação Física, atualmente ela é uma disciplina complexa que deve, ao mesmo tempo, trabalhar as suas próprias especificidades e se inter-relacionar com os outros componentes curriculares. A Educação Física é definida como uma disciplina que busca promover e facilitar aos indivíduos o alcance e a compreensão da capacidade do seu próprio corpo, suas possibilidades de conhecer e dominar um número de atividades corporais e esportivas, de forma que futuramente possam contribuir para sua qualidade de vida (BRASIL, 1997, p.22).

A Educação Física é considerada como “[...] a atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolvem e aprimoram forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando” (BRASIL, p.16, 1997). Portanto, vai muito além do entendimento apenas do desenvolvimento físico, leva a compreensão da criança como um todo e de sua vida em contexto social.

INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO FÍSICA

Tanto a Educação Infantil quanto a Educação Física são áreas de conhecimento de natureza interdisciplinar. Ao desenvolver atividades formativas com crianças na educação infantil e na educação física, envolve-se saberes e conhecimentos diferentes importantes e necessários para o trabalho docente.

A interdisciplinaridade refere-se a uma concepção de ensino e de currículo, baseada na interdependência entre os diversos ramos do conhecimento. Assim, podemos afirmar que no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança há a interdependência entre a educação infantil e a educação física.

Ao analisar o currículo pré-escolar vemos a necessidade de reorientá-lo para uma proposta mais integradora de atividades com as crianças. A interdependência entre essas duas áreas possibilitam de forma mais significativa a construção de conhecimentos de forma plena no tocante ao sujeito criança.

A interdisciplinaridade permite o diálogo entre os diferentes saberes e buscam entre si elementos de formação mais complexo, completo ou integral, como já mencionava Morin (2003) sinalizando a educação como um fenômeno social que não deve ser compreendida de forma fragmentada, isolada em sua forma de efetivação prática.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade para ambas as áreas de acordo com Fazenda (1979; 2008) gera uma interação e comunicação entre disciplinas na perspectiva da integração do conhecimento num todo harmônico e significativo, portanto, a:

[...] interdisciplinaridade só será positiva para a Educação Física na escola quando estiverem claras para o professor quais são as finalidades desta disciplina. Somente deste modo, haverá preocupação em assegurar ao aluno as questões relacionadas à cultura corporal com suas características específicas (DARIDO, 2003, p.36).

Para isso, se fazem necessárias práticas pedagógicas docentes e, neste caso, infantis, de forma interdisciplinar para a possibilidade de uma transformação curricular que exprima mudanças de atitudes, procedimentos, posturas corretas e ativas de educadores (FAZENDA, 1991).

Não se trata de negar o papel importante que a questão da interdisciplinaridade deve desempenhar na escola e o foco da Educação Física neste contexto, mas sim de ter em mente que as referidas áreas permitem a inserção social das crianças e a ajudam a melhor interpretar e compreender o mundo e o funcionamento das coisas ao seu redor.

ABORDAGEM PSICOMOTORA E O SUJEITO CRIANÇA

A psicomotricidade configura-se como uma interface da Educação Infantil e Educação Física no processo educativo das crianças. Pois, a interação entre mente e corpo contribui, sobremaneira, com a definição de quem é o ser humano na sociedade.

O modelo enfatizado pela Psicomotricidade, entretanto, de educação para ambas as áreas se pautam claramente em perspectivas construtivistas, sendo adequado para o desenvolvimento de crianças, as quais se desenvolvem participando, construindo, criando, refazendo, envolvendo simultaneamente corpo e mente, sempre em ação, em movimento.

O movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana. As crianças se movimentam desde que nascem, adquirindo cada vez mais um maior controle sobre seu próprio corpo e se apropriando das possibilidades de interações com o

mundo. Engatinham, caminham, manuseiam objetos, correm, saltam, brincam sozinhas ou em grupo, com objetos ou brinquedos, experimentando sempre novas maneiras de utilizar seu corpo e seu movimento.

Ao movimentar-se, as crianças expressam sentimentos, emoções e pensamentos, ampliando as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais (FONSECA, 2008). O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas em entorno.

Para Le Bouch (1986) o processo educacional psicomotor refere-se à base formativa indispensável a toda criança, seja ela enquadrada como normal ou com problemas de necessidades educacionais especiais, e responde a uma dupla finalidade: assegurar o desenvolvimento funcional, tendo em conta possibilidades da criança e, ajudar sua afetividade a expandir-se e a equilibrar-se, por meio do intercâmbio com o ambiente humano e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo bibliográfico reafirmou de modo mais claro as diversas possibilidades de um trabalho pedagógico docente na educação infantil alicerçada à educação física na perspectiva de um desenvolvimento infantil pré-escolar de forma mais efetiva.

Ressaltou tanto da Educação Infantil quanto da Educação Física dimensões de suma relevância a serem consideradas pelos currículos de educação infantil, enfatizando um processo formativo básico sólido na construção das crianças como cidadãos.

Elucidou reflexões sobre práticas pedagógicas docentes na educação infantil pautadas na abordagem interdisciplinar educacional, primando pela compreensão do jeito criança de forma integral, plena, a partir de um processo ensino aprendizagem mais complexo, sem tantos fragmentos na formação.

As interfaces entre ambas áreas se dão pelos princípios, dimensões educacionais com base no papel social da educação escolar, pela postura interdisciplinar e pela abordagem educacional construtivista que envolve a ideia da psicomotricidade

REFERÊNCIAS

- ANGOTTI, Maristela. **O trabalho docente na pré-escola: revisitando teorias, descortinando práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.
- ANTUNES, Celso. **Educação Infantil: prioridade imprescindível**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.
- BASSEADAS, Eulália. Et alii. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- CASPERSEN CJ, Powell KE, Christenson GM. **Physical activity, exercise and physical fitness**. Public Health Rep, 1985.
- DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- _____. Diferentes concepções sobre o papel da Educação Física na Escola. In: **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- FAZENDA, Ivani C. A. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 13.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008. (Coleção Práxis).
- _____. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1979.
- _____. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FONSECA, Vitor da. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Porto Alegre, Artmed, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. Edição. São Paulo: Atlas, 1994.
- KUHLMANN JR., Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira**. – São Paulo, 2000.
- KRAMER, Sônia. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LE BOUCH, J. **Psicocinética**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessário à educação do futuro**. Traduzido por Cararina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawya. Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 8 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, org. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** – 22. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, J. (Orgs.). **Infância (in) visível**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.